

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026

PROCESSO 0947/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

CLÁUSULA 1.^a. DO OBJETO

CLÁUSULA 2.^a. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA 3.^a. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 4.^a. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA 5.^a. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA 6.^a. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 7.^a. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 8.^a. DO PAGAMENTO

CLÁUSULA 9.^a. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 10.^a. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA 11.^a. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 12.^a. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA 13.^a. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 14.^a. DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA 15.^a. DO FORO

PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026

PROCESSO 0947/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658 na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **CONTRATANTE** e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua,, na cidade de, CEP representada, neste ato, por, inscrita no CPF sob o nº doravante denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado este termo contratual, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026** e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1.ª. DO OBJETO

§1º. O presente contrato tem por objeto a ***Contratação de empresa especializada para ministrar curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM — e pré-vestibular destinado aos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Marau/RS***, a ser executado pelo **CONTRATADO**, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e na proposta apresentada:

<i>Item</i>	<i>Un.</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Cód.</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor unitário R\$</i>	<i>Valor total R\$</i>
1	mês	06	011.016.109	Contratação de empresa especializada para ministrar curso preparatório para o ENEM e pré-vestibular aos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Marau/RS.		

§2º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§3º. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, o estudo técnico preliminar, o edital da licitação, a proposta do **CONTRATADO** e todos os anexos dos documentos citados.

Cláusula 2.ª. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO

§1º. O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses, contados da assinatura do termo contratual, período correspondente à execução estimada do curso preparatório para o ENEM e pré-vestibular, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

§2º. O prazo de vigência foi fixado considerando o período necessário à execução integral do objeto, a carga horária prevista, a dinâmica de realização das aulas e a necessidade de conclusão das atividades em tempo compatível com a preparação dos alunos para os exames.

§3º. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, quando o objeto não for concluído no período inicialmente estabelecido, desde que a prorrogação seja devidamente justificada pela Administração e ressalvadas as providências cabíveis quando a não conclusão decorrer de culpa da empresa prestadora de serviços.

§4º. A eventual prorrogação dependerá de decisão motivada da Administração, da demonstração do interesse público, da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e da comprovação de que a medida permanece adequada e vantajosa para a Administração.

§5º. O **CONTRATADO** não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

Cláusula 3.ª. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

§1º. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Serviço, a qual será emitida após a comprovação, pelo **CONTRATADO**, da disponibilidade do espaço físico adequado no Município de Marau/RS.

§2º. Na hipótese de impossibilidade de início da execução na data estabelecida, o **CONTRATADO** deverá comunicar formalmente o Fiscal do Contrato, apresentando as devidas justificativas, com antecedência mínima de **03 (três) dias**, para fins de análise pela Secretaria requisitante, ressalvadas as situações caracterizadas como caso fortuito ou força maior.

§3º. Como condição para a prestação dos serviços, o **CONTRATADO** deverá manter cadastro atualizado junto ao Município, devendo informar ao fiscal da contratação qualquer alteração em seus dados cadastrais.

§4º. É expressamente vedada ao **CONTRATADO** a cobrança direta ou indireta de quaisquer valores dos alunos beneficiários ou de seus responsáveis, relativamente aos serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais cobranças indevidas realizadas por seus profissionais, prepostos ou terceiros.

§5º. O **CONTRATADO** deverá ministrar curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM — e pré-vestibular para até **50 (cinquenta) alunos**, dentre os matriculados nos terceiros anos do ensino médio das escolas públicas do Município de Marau/RS, conforme seleção a ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação.

§6º. A Secretaria Municipal de Educação, conforme sua programação, abrirá período de inscrição para a seleção dos alunos interessados. Finalizado o procedimento de seleção, caberá ao **CONTRATADO** efetivar as matrículas dos alunos encaminhados pela Secretaria.

§7º. O **CONTRATADO** deverá assegurar a disponibilização de profissionais com qualificação compatível com as áreas do conhecimento exigidas, responsáveis pela execução das atividades pedagógicas do curso preparatório.

§8º. As disciplinas ofertadas deverão ser organizadas de forma a contemplar, no mínimo, os seguintes conteúdos:

I — Matemática e suas Tecnologias;

II — Ciências Humanas e suas Tecnologias, abrangendo, no mínimo, Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos correlatos;

III — Ciências da Natureza e suas Tecnologias, abrangendo, no mínimo, Química, Física e Biologia;

IV — Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, abrangendo, no mínimo, Língua Portuguesa, Gramática, Interpretação de Textos, Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física, Tecnologia da Informação e Redação.

§9º. O curso será ministrado **02 (duas) vezes por semana**, em dias a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação, no turno da noite, das **19h às 22h30min**, durante o período de **06 (seis) meses**, observando-se o cronograma previamente ajustado entre as partes.

§10º. O **CONTRATADO** deverá apresentar, no momento da assinatura da Ordem de Serviço ou em prazo definido pela fiscalização, cronograma detalhado das aulas a serem ministradas durante a execução contratual, para análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

§11º. Os serviços deverão ser prestados em espaço físico disponibilizado pelo **CONTRATADO**, situado no Município de Marau/RS, de modo a garantir a acessibilidade dos alunos beneficiários e a adequada execução das atividades. O local deverá dispor, no mínimo, de sala de aula, laboratório de ciências e informática, lousa digital, data show, notebook e sistema de som.

§12º. Todos os custos referentes à execução dos serviços, inclusive aqueles relacionados aos profissionais, materiais didáticos, equipamentos, plataformas, estrutura física e demais recursos necessários, correrão por conta exclusiva do **CONTRATADO**, sem qualquer ônus adicional ao Município.

§13º. Além das aulas presenciais, o **CONTRATADO** deverá fornecer aos alunos material didático compatível com o conteúdo do curso, previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como disponibilizar plataforma EAD de apoio ao aprendizado e plataforma de experimentação vocacional, nos termos definidos no Termo de Referência.

§14º. Na hipótese de ocorrência de feriados ou de situações que impeçam a realização das aulas nas datas inicialmente previstas, os encontros deverão ser reagendados de comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação, de modo a assegurar o cumprimento da carga horária pactuada. Na impossibilidade de reposição, o Município poderá realizar o desconto proporcional dos serviços não executados.

§15º. Havendo necessidade administrativa, os horários ou o cronograma de execução poderão ser ajustados pela Secretaria Municipal de Educação, inclusive com eventual redistribuição da carga horária, desde que preservado o conteúdo contratado e sem acréscimo de ônus ao Município.

§16º. A execução das atividades ocorrerá sob exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO**, não se caracterizando, em qualquer hipótese, fornecimento de mão de obra exclusiva, subordinação

direta ou colocação de profissionais à disposição do Município, mas sim prestação de serviço com objeto certo e resultados esperados, nos termos do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

Cláusula 4ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

§1º. Executar integralmente o objeto contratado, em conformidade com as especificações, prazos, condições e diretrizes estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, neste Contrato e no Estudo Técnico Preliminar, assegurando a adequada prestação do curso preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio — ENEM — e pré-vestibular aos alunos da Rede Pública de Ensino do Município de Marau/RS.

§2º. Disponibilizar profissionais com qualificação compatível com as áreas do conhecimento abrangidas pelo curso, em quantidade suficiente para garantir o cumprimento da carga horária, do conteúdo programático e das demais condições pactuadas, responsabilizando-se integralmente por sua seleção, gestão e eventual substituição, quando necessária.

§3º. Assegurar que os profissionais designados possuam conhecimentos e experiência compatíveis com as atividades pedagógicas a serem desenvolvidas, abrangendo, no mínimo, conteúdos relacionados a Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, incluindo Redação, conforme previsto no Termo de Referência.

§4º. Fornecer todos os recursos humanos, materiais didáticos, plataformas e meios tecnológicos necessários à adequada execução das atividades pedagógicas, observadas as responsabilidades atribuídas ao **CONTRATADO** e ao Município nos instrumentos da contratação.

§5º. Disponibilizar espaço físico adequado no Município de Marau/RS para a realização das aulas, em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, mantendo a estrutura mínima necessária durante toda a execução contratual.

§6º. Fornecer aos alunos material didático compatível com o conteúdo ministrado, previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como disponibilizar plataforma EAD de apoio ao aprendizado e plataforma de experimentação vocacional, conforme previsto na contratação.

§7º. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§8º. Submeter-se à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual pelo Município, atendendo prontamente às orientações, solicitações e determinações formalmente expedidas pela fiscalização.

§9º. Responsabilizar-se integralmente por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus profissionais, prepostos ou representantes, na execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

§10º. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios, registros ou documentos comprobatórios da execução das atividades, necessários ao acompanhamento, à fiscalização e ao atesto dos serviços prestados.

§11º. Cumprir integralmente a legislação vigente aplicável à execução do contrato, incluindo normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de segurança, de saúde, de higiene e demais disposições legais pertinentes.

§12º. Assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos profissionais por ele disponibilizados, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre estes e o Município.

Cláusula 5.^a. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§1º. Prestar ao **CONTRATADO** todas as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratado.

§2º. Realizar a seleção dos alunos beneficiários, conforme critérios e programação definidos pela Secretaria Municipal de Educação, encaminhando ao **CONTRATADO** a relação dos estudantes aptos à matrícula no curso.

§3º. Definir, em conjunto com o **CONTRATADO**, os dias de realização das aulas e demais ajustes necessários ao cronograma de execução, observado o interesse público e as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

§4º. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, mediante designação de gestor e fiscais responsáveis, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando as falhas eventualmente identificadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, quando necessário.

§5º. Efetuar o pagamento devido ao **CONTRATADO** na forma, nos prazos e nas condições estabelecidas no Contrato, após o regular atesto da execução dos serviços pelo fiscal designado.

§6º. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura do **CONTRATADO**, nos termos da legislação vigente.

§7º. Comunicar formalmente ao **CONTRATADO** eventuais irregularidades, vícios, defeitos, incorreções ou desconformidades verificadas na execução contratual, para adoção das providências cabíveis.

§8º. Exigir o cumprimento integral das condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, neste Contrato e nos demais documentos que instruem a contratação.

§9º. Deliberar sobre eventuais pedidos de ajuste de cronograma, reposição de aulas ou outras situações relacionadas à execução do objeto, observadas as condições contratuais e o interesse da Administração.

§10º. Aplicar ao **CONTRATADO**, quando cabível, as sanções previstas na legislação vigente, no Edital e neste Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§11º. Não praticar atos de ingerência na administração do **CONTRATADO**, especialmente quanto à seleção, direção ou subordinação direta de seus profissionais, devendo a Administração se reportar ao preposto ou responsável indicado, sem prejuízo da fiscalização da execução contratual.

§12º. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste.

§13º. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

§14º. Adotar, previamente à expedição da Ordem de Serviço, as providências administrativas necessárias ao regular início da execução contratual.

§15º. Exercer as demais atribuições necessárias à adequada gestão e fiscalização do contrato, de modo a assegurar que a execução dos serviços ocorra em consonância com os objetivos da política pública educacional do Município.

Cláusula 6.ª. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

§1º. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições do Termo de Referência, do Edital e deste Contrato, bem como com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§2º. As comunicações entre o Município e o **CONTRATADO** deverão ser realizadas formalmente, preferencialmente por e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade.

§3º. O Município poderá convocar o representante legal do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução contratual.

§4º. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial, com a finalidade de apresentar as diretrizes de execução, os procedimentos de fiscalização e os demais esclarecimentos necessários ao regular cumprimento do objeto.

§5º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelos fiscais do contrato, conforme portaria vigente, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

§6º. Atuarão na gestão e fiscalização contratual os seguintes agentes:

I — Gestor do Contrato: Nelci Silvestri;

II — Fiscal Administrativo: será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

III — Fiscal Administrativo Suplente: será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

IV — Fiscal Volante: será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

V — Fiscal Volante Suplente: será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

§7º. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizados os registros formais pertinentes, inclusive quanto à Ordem de Serviço, ocorrências verificadas, eventuais alterações contratuais e demais atos relacionados à gestão do ajuste.

§8º. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, bem como as providências adotadas em relação às ocorrências verificadas na execução do objeto, comunicando à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atuação.

§9º. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando cabível, observada a legislação vigente.

§10º. Ao término da vigência contratual, o gestor do contrato poderá elaborar relatório final de acompanhamento, registrando as ocorrências relevantes da execução, os resultados alcançados, os problemas identificados e as soluções eventualmente adotadas.

§11º. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais e administrativos da execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e nos documentos que instruem a contratação.

§12º. O fiscal administrativo anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando, quando cabível, as medidas necessárias à regularização de faltas ou inconsistências verificadas.

§13º. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na tentativa de saneamento da irregularidade, reportando ao gestor do contrato quando a situação demandar providências além de sua competência.

§14º. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará os atos necessários ao empenho e ao pagamento, bem como poderá solicitar os documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário.

§15º. O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato e à Secretaria Municipal de Educação, em tempo hábil, o término da vigência contratual, para fins de avaliação das providências administrativas cabíveis.

§16º. O fiscal volante acompanhará a execução material do objeto, a fim de verificar o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, no Termo de Referência e no cronograma definido para o curso preparatório.

§17º. O fiscal volante anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, descrevendo, quando necessário, as falhas, ausências, inadequações ou demais situações que demandem correção.

§18º. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal volante emitirá notificação ao **CONTRATADO** para correção da execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

§19º. O fiscal volante informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou adoção de providências que ultrapassem sua competência.

§20º. Durante a execução do objeto, o fiscal volante deverá monitorar a regularidade da prestação dos serviços, inclusive quanto ao cumprimento da carga horária, à realização das aulas, à adequação do espaço físico, à disponibilização dos materiais e plataformas previstos e à compatibilidade da execução com as exigências da contratação.

§21º. O fiscal volante deverá, periodicamente, formalizar a avaliação da execução do objeto, encaminhando-a ao fiscal administrativo para os encaminhamentos necessários ao atesto e ao pagamento dos serviços efetivamente prestados.

§22º. Na hipótese de desconformidade reiterada da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, deverão ser adotadas as providências cabíveis, inclusive para fins de aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e neste Contrato.

§23º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada na execução contratual.

CLÁUSULA 7.ª. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

§1º. Os serviços serão recebidos mensalmente, relativamente ao período de referência executado, mediante verificação da conformidade das atividades realizadas com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, na proposta apresentada e neste Contrato.

§2º. Para fins de recebimento e ateste, o **CONTRATADO** deverá apresentar relatório ou documento equivalente que comprove a regular execução dos serviços no período de referência, contendo, no mínimo, informações sobre as aulas realizadas, carga horária cumprida, conteúdos ministrados, disponibilização dos materiais didáticos e plataformas previstas, bem como demais elementos necessários à verificação da execução contratual.

§3º. O recebimento dos serviços ficará condicionado à análise da fiscalização contratual e da Secretaria Municipal de Educação, que verificarão, no que couber, o cumprimento do cronograma aprovado, a realização das aulas, a adequação do espaço físico, a disponibilização dos materiais e plataformas contratados, a compatibilidade da execução com as exigências da contratação e a regularidade dos serviços prestados.

§4º. Constatadas falhas, pendências ou desconformidades na execução dos serviços, o **CONTRATADO** será notificado para promover as correções necessárias, no prazo estabelecido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando caracterizado o descumprimento contratual.

§5º. O recebimento e o ateste dos serviços não excluem nem reduzem a responsabilidade do **CONTRATADO** por vícios, falhas, irregularidades ou desconformidades posteriormente constatadas, nem impedem a adoção das providências administrativas cabíveis.

§6º. O pagamento somente será autorizado após o recebimento e o ateste dos serviços efetivamente prestados no período de referência, observadas as condições previstas neste Contrato, no Edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA 8.ª. DO PAGAMENTO

§1º. O pagamento será efetuado mensalmente, até o **10º (décimo) dia útil do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, contado do recebimento da nota fiscal/fatura, desde que devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal de Educação.

§2º. O **CONTRATADO** deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente nacional, com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório.

§3º. A nota fiscal/fatura somente será aceita para fins de pagamento quando a execução do objeto estiver em conformidade com as especificações, condições e exigências estabelecidas pelo Município.

§4º. O CNPJ constante na nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, devendo, ainda, o **CONTRATADO** possuir conta bancária vinculada a esse mesmo CNPJ para fins de recebimento dos valores.

§5º. O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal ou fatura pelo **CONTRATADO**, com indicação do número do processo licitatório e de sua modalidade, acompanhada dos documentos exigidos para a liquidação da despesa.

§6º. Para fins de pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada, no que couber, dos seguintes documentos:

I — certidão de regularidade perante a Fazenda Federal;

II — certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;

III — certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do **CONTRATADO**;

IV — Certificado de Regularidade do FGTS — CRF;

V — Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;

VI — relatório ou documento equivalente que comprove a regular execução dos serviços no período de referência.

§7º. Conforme a legislação vigente, fica assegurado ao Município o direito de efetuar as retenções tributárias cabíveis, inclusive de INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 5.823/2021.

§8º. Para fins de pagamento, o **CONTRATADO** deverá informar e manter atualizados, junto à Tesouraria do Município, o banco, o número da agência e o número da conta bancária em que será realizado o depósito correspondente, devendo a conta estar em nome do **CONTRATADO**.

§9º. O valor devido ao **CONTRATADO**, quando não pago no prazo estabelecido e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC acumulado entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

§10º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas ao **CONTRATADO** em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

§11º. O pagamento pelos serviços prestados ficará condicionado ao cumprimento das exigências previstas nesta cláusula, o que será verificado e atestado pela fiscalização do contrato.

§12º. O **CONTRATADO** deverá emitir o documento fiscal em conformidade com a legislação tributária aplicável, sob pena de devolução para correção.

§13º. Na hipótese de existência de erro na nota fiscal/fatura ou de qualquer outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que o **CONTRATADO** adote as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se a contagem do prazo após a regularização, observada a legislação aplicável quanto à ordem cronológica de pagamentos.

§14º. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 não será efetuada caso o **CONTRATADO** apresente, no momento da entrega da nota fiscal, declaração de que é

regularmente inscrito no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte — Simples Nacional, conforme exigido pela legislação aplicável, devendo tal declaração ser mantida atualizada.

§15º. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil, nos termos da Portaria SRF nº 1.454/2004, referente à retenção dos tributos disciplinados na legislação federal aplicável, as notas fiscais não deverão ser emitidas com retenção de PIS, COFINS e CSLL.

Cláusula 9.ª. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

§1º. As despesas referentes ao objeto desta contratação serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, vigentes e/ou subsequentes:

Ficha: 666

Unidade: 000401 ÓRGÃOS SUBORDINADOS

Funcional: 12.122.0003.2026.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Categoria Econômica: 3.3.90.39.65 SERVIÇOS DE APOIO AO ENSINO

Cláusula 10.ª. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

§1º. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado a que a proposta se referir, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

§2º. Ultrapassado o prazo de 12 (doze) meses, os valores contratados poderão ser reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo anual e a data-base vinculada ao orçamento estimado.

§3º. O reajuste será formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, salvo quando houver necessidade de alteração contratual correlata.

§4º. Os preços contratados poderão ser revisados, para mais ou para menos, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de riscos estabelecida no contrato.

§5º. Também poderão ensejar alteração dos preços contratados, para mais ou para menos, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, desde que ocorridas após a apresentação da proposta e com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

§6º. A majoração dos valores deverá ser requerida pelo **CONTRATADO**, nos termos do Decreto Municipal nº 5.751/2021, mediante protocolo no sistema FlowDocs, pelo endereço eletrônico <https://marau.flowdocs.com.br/public/home>. O pedido deverá ser devidamente fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória suficiente para demonstrar a ocorrência de fato superveniente apto a justificar a revisão do valor contratado, sendo analisado pela Administração

com base no conjunto probatório apresentado, em pesquisa de mercado atualizada e nas diligências que se mostrarem necessárias.

§7º. O pedido de revisão deverá demonstrar, de forma objetiva, a relação entre o fato superveniente alegado e a efetiva repercussão nos custos da execução contratual, não sendo suficiente a mera alegação de aumento de preços, variação ordinária de mercado ou apresentação isolada de notas fiscais, sem a correspondente comprovação do impacto global sobre a equação econômico-financeira do contrato.

§8º. Caso deferido o pedido de revisão, a majoração do valor produzirá efeitos somente em relação às obrigações executadas após a data do protocolo do requerimento, desde que vinculadas a empenhos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço emitidas a partir dessa data, não alcançando obrigações já formalizadas anteriormente.

§9º. Durante o trâmite e a análise do pedido de revisão, a execução do objeto deverá ser mantida pelo **CONTRATADO** nas condições pactuadas, sem prejuízo de eventual pagamento complementar pelo valor atualizado, caso o pedido seja deferido, relativamente às obrigações executadas após a data do protocolo do requerimento e vinculadas a empenhos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço emitidas a partir dessa data.

§10º. Caso a solicitação de revisão não seja acolhida, a recusa ou o descumprimento da obrigação de executar o objeto caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando o **CONTRATADO** à aplicação das sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

§11º. Quando os preços contratados se tornarem superiores aos praticados no mercado, o **CONTRATANTE** poderá convocar o **CONTRATADO** para negociação, visando à redução dos valores e à sua adequação aos preços de mercado.

§12º. Havendo concordância do **CONTRATADO**, a redução dos preços será formalizada por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza do ajuste, produzindo efeitos a partir da respectiva formalização, salvo disposição expressa em sentido diverso.

§13º. Não havendo êxito na negociação para redução dos preços, o **CONTRATANTE** adotará as providências cabíveis, nos termos da legislação aplicável e das disposições contratuais, sem prejuízo da análise quanto à manutenção da vantajosidade da contratação.

Cláusula 11.ª. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

§1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

§2º. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

§4º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Cláusula 12.^a. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

§1º. Na vigência do Contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito às seguintes penalidades, observando o art. 156 da Lei 14.133/2021, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

I. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

II. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

III. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

V. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§2º. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§3º. No caso de aplicação de multa, o **CONTRATADO** será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§4º. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

§5º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§6º. Da execução da garantia contratual:

I. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.

II. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o **CONTRATADO** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

III. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o **CONTRATADO** obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

IV. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo **CONTRATADO** ao **CONTRATANTE**, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

V. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do **CONTRATANTE**.

VI. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Cláusula 13.^a. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATANTE** nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

§2º. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

§ 3º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATADO** nas hipóteses do art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138, §2,º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º. Nas hipóteses previstas no parágrafo terceiro, a manifestação de intenção de extinção contratual por parte do **CONTRATADO** deverá ser realizada com, no mínimo **30 (trinta) dias** de antecedência da ocorrência de seus efeitos.

§5º. O termo de extinção será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações ou multas.

§6º. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Cláusula 14.^a. DA PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Cláusula 15.^a. DO FORO

§1º. Resta estabelecido o Foro da Comarca de Marau - RS, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, para que produza seus efeitos jurídicos.

Marau, ... de de

[NOME DO CONTRATADO]
CONTRATADO

MUNICÍPIO DE MARAU
CONTRATANTE